

2. O espaço da prática agroflorestal

O espaço é produto e produtor das relações sociais (Lefebvre, 2006). Estas relações, por sua vez, ao serem realizadas no cotidiano, acontecem em um Lugar no/do mundo (Carlos, 2007).

Perceber o espaço, no caso da prática agroflorestal, significa trabalhar com a noção de que o espaço dessa prática não está posto como dado natural senão, em permanente construção histórica. Há inúmeras referências teóricas para a prática agroflorestal, que podem ser encontradas em trabalhos acadêmicos e institucionais desenvolvidos por pesquisadores e também por pessoas ligadas diretamente à sua prática cotidiana. A principal teoria prática, que serve de base para o presente trabalho, é aquela desenvolvida por Götsch nos trabalhos: *Homem e Natureza, Cultura na Agricultura* (1997) e *Break-trough in agriculture* (1994). São trabalhos curtos, que apresentam de forma consistente os fundamentos dessa prática. Esses trabalhos são melhores encarados quando sem o véu do romantismo. Já percebi em outros debates sobre esses textos que em muitas ocasiões o leitor, que desconhece o autor e a sua prática, ao se deparar com o trabalho pode acabar ficando com a impressão de haver neles uma visão romântica da relação sociedade-natureza, quando o que há de fato é uma visão do ser humano como parte da natureza, não deixando por isso de conter suas particularidades e especificidades. Portanto, quando se condena o uso de maquinário pesado e do fogo, por exemplo, não se trata de conceber a natureza como algo a ser intocado, senão de perceber qual é a lógica própria do sistema natural.

Com a acentuada percepção de que existe uma crise ambiental vigente nos dias atuais, fruto de uma matriz racional que explora os recursos sem deles cuidar para que se mantenham, é elaborado um discurso ambiental hegemônico para sustentar as práticas espaciais. Associado a essa percepção, pode-se afirmar, sem exagero, que estamos vivendo uma época na qual a sociedade passa por profundas mudanças, incluindo a diminuição da força das certezas, da hegemonia da razão e das verdades absolutas, onde outras maneiras de se pensar aparecem para ajudar no entendimento da complexidade na qual se constitui a realidade. Assim ocorre com o Espaço da agricultura, que quando posto sob a luz da prática social adquire

significados outros que não os daquele espaço vazio de sentido e de cultivos, pronto para ser preenchido por uma racionalidade do agronegócio.

Ao passo que o espaço é visto como produto e produtor das práticas sociais, ele é nitidamente marcado por um movimento próprio do materialismo dialético, que vai do abstrato ao concreto, da forma ao conteúdo. É dessa maneira que se pretende fazer uma abordagem relacional do espaço. Partindo da vida cotidiana, na maneira como ela é concebida, percebida e vivida.

Para isso nos apropriaremos da categoria de Espaço, como vista por Lefebvre (2006), onde apreendemos a noção do espaço como produto/produtor das relações sociais. É dessa maneira que o espaço adquire um novo caráter, não mais como um algo vazio, dotado somente de abstrações, mas agora como um amálgama de relações dotadas de significado e de intenção. Essa noção informa nosso trabalho com a prática agroflorestal, pois a prática da agrofloresta é também um produto da crise ambiental, na medida em que aparece como contraponto à racionalidade que: constrói essa crise e é ao mesmo tempo produto dessa própria crise, quando articula um discurso que tanto condena a racionalidade quanto propõe outra racionalidade para o cultivo do meio ambiente.

É bom atentar para o fato que essa concepção de espaço como produto não quer dizer que este é uma coisa ou um objeto simplesmente. Na verdade, essa produção do espaço é a marca de um conjunto de relações que o compõe. Concordamos com Lefebvre quando diz que “o espaço não pode ser mais concebido como passivo, vazio, ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer” (2006 p.5). Esse duplo aspecto do espaço, tanto como produto quanto como produtor é o que move a discussão, afinal a capacidade de relacionar as diversas dimensões envolvidas na prática da agrofloresta encontra maior força quando estas são postas sob uma perspectiva histórica, que demonstre outras possibilidades de se produzirem práticas divergente das práticas dominantes. Acerca da noção de espaço como produto e produtor, Lefebvre reflete da seguinte forma:

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (2006 p. 5)

A noção de espaço, colocando-o constantemente como único ou com suas possibilidades restringidas a algumas poucas ações, em uma tentativa de abolir suas distinções e diferenças, caminha para uma homogeneização do espaço, que quando posto sob as hierarquias que compõem o tecido espacial, acabam por fragmentá-lo. Lefebvre argumenta que “O espaço ‘é’ ao mesmo tempo, total e quebrado, global e fraturado. Da mesma maneira que ele é concebido, percebido e vivido” (1974:3). O que acarreta esta homogeneização/fragmentação são “as exigências da divisão do trabalho” (LEFEBVRE, 1974 p.3) que desaguam em um movimento desigual do próprio espaço, já que as diferenças inerentes a cada ser humano são transformadas em desigualdades por meio dessa divisão do trabalho, bem como hierarquizadas de acordo com a apropriação privada do espaço.

Ao tratar das fragmentações/homogeneizações produzidas no espaço, cabe observar que este é produto da intenção dos agentes e atores que o concebem, o percebem e fazem dele a base material para o seu cotidiano. Portanto, essas desigualdades que acontecem no espaço são fruto de uma intenção clara onde: “o disperso, o fracionado conserva uma unidade no homogêneo: o espaço do poder” (LEFEBVRE, 1974, p. 9). Isso informa as determinações que ocorrem no mundo atual com vistas a entender as intensidades da ação dominante. Nesse espaço do poder, que é sempre relacional, estão contidas as representações do espaço e as ideologias que ajudam a concebê-lo. Dessa maneira, busca-se um entendimento do espaço como relacional, dentro do ponto de vista de que as relações de poder estão em constante assimetria de poder.

Lefebvre aponta para aquilo que é a lógica de formação do espaço que é a simultaneidade. Segundo ele: “O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: Descoberta-produção-criação” (2006 p.6). Constituindo aí uma gênese do espaço que acontece segundo a lógica da simultaneidade “pois todo dispositivo espacial repousa sobre a

justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais de reproduz a simultaneidade” (LEFEBVRE, 2006 p.6). Essa forma da simultaneidade pode ser vista sob a forma da espiral. A espiral é de muita valia, pois retira do plano cartesiano a maneira de se pensar a realidade espacial. Além disso, ao ser posta em movimento ela adquire uma capacidade de abarcar diversas dimensões do espaço. Nesse ponto adotaremos a forma-conteúdo da espiral em movimento, como a forma-conteúdo do nosso trabalho. Como explica Ruy Moreira ao tratar do movimento da espiral, o movimento da espiral é um processo contínuo de onde:

[...] as formas saem umas das outras, a vida da matéria sem vida, a matéria sem vida da matéria viva, num mundo que dialeticamente ora é equilíbrio e ora desequilíbrio, ora ordem e ora caos, um saindo do outro, um e outro sendo o ser e o não ser de um devir em que o real não é nem um nem outro e ao mesmo tempo é um e o outro, o equilíbrio dando a luz ao desequilíbrio e o desequilíbrio dando a luz ao equilíbrio, a ordem ao caos e o caos à ordem, a sucessão de mediações dele fazendo o real-concreto do qual a senso-percepção só alcança a forma, confundindo-o com um mundo de formas. (MOREIRA, 1993, p. 37-38).

Da convivência dessas práticas emergem conflitos diversos que ocorrem de maneira desigual no espaço. A desigualdade entre os conflitos pode ser percebida através das “interações assimétricas” (Ruy 2006 p. 99), que ocorrem nas relações entre urbano e rural, global e local, novo e velho, externo e interno, agronegócio e a prática agroflorestal. Para Milton Santos (1994) “A uma situação se sucedem outras, a situação representa uma instabilidade” (p.96). Essa instabilidade é a marca do movimento contraditório. Ou seja, o espaço adquire sentido justamente nesse movimento das contradições. Ainda segundo Santos (1994) “O externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado são três das grandes contradições de qualquer situação” (p.96).

Nessa dissertação me debruço principalmente sobre as interações assimétricas do externo com o interno, e para isso continuo com Santos (1994) e sua definição de que:

O interno é tudo que, num momento dado, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das

variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele. (p.96)

É dessa maneira que será feita a abordagem sobre o externo e o interno ao longo da dissertação, como uma maneira de perceber que esse par, por mais que seus elementos interajam de maneira assimétrica, é capaz de proporcionar uma abordagem tanto da comunidade, quanto das práticas levadas à comunidade por agentes externos. Fundamental nessa discussão é que ao percebermos essa simultaneidade e esses conflitos, abrem-se as possibilidades para perceber que uma apropriação do espaço é necessária para que cada um possa transformar a sua prática, diferenciando-a na maneira como é concebida pelo grupo político-econômico dominante.

No campo da prática agroflorestal, na medida em que se vive a prática, há uma transformação na maneira como esta é percebida alterando a própria maneira como ela é vivida. A prática agroflorestal, como vista nesse trabalho, vai sendo concebida de modo geral como uma tentativa de contraponto à lógica dominante do agronegócio no campo, oferecendo leituras próprias. À partir daqueles conflitos entre o percebido e o vivido, o urbano e o rural, o velho e o novo, aparecem outras percepções da prática agroflorestal que passa a ser concebida não mais só no espaço rural, também como contraponto ao agronegócio. Assim, suas práticas fazem parte do espaço urbano e servem como contraponto a homogeneização do espaço que caracteriza o movimento amplo da urbanização submetida aos espaços do poder.

Para não correr o risco de fazer de uma “interação assimétrica” uma relação dicotômica, a maneira como as interações entre urbano e rural, novo e velho, externo e interno serão aqui tratadas é aquela que aborda o espaço de forma integrada. Essa perspectiva abre a fronteira entre o urbano e o rural, que aparece marcadamente nos dados oficiais, e até mesmo os limites entre agronegócio e prática agroflorestal. O fato desse limite ser muito tênue justifica a abordagem da questão da simultaneidade ao se tratar da desigualdade dos conflitos no espaço, pois ora aponta para uma homogeneização do espaço que acontece em uma escala geral, ora mostra uma fragmentação na escala local, que ocorre através das práticas concebidas nos espaços de poder.

É no lugar da comunidade do Vale Encantado que iremos encontrar essas fragmentações, contradições e os conflitos que marcam a dimensão cotidiana do espaço. Antes de nos aprofundarmos na prática da comunidade, cabe definir a categoria de Lugar.

Primeiramente, nesse trabalho, o lugar adquire sentido quando visto como “porção do espaço apropriável para a vida...” (Carlos, 2007 p.21). Bem como quando posto sob a prática relacional, ou seja:

São as relações que criam o sentido dos ‘lugares’ da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (Carlos, 2007 p.22)

É então no vivido que o lugar encontra referência, ou seja, no uso cotidiano do espaço, “nas práticas mais banais e familiares, o que incita a pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural” (Carlos, 2007 p.25). Contudo, deve-se ter em conta, ao refletir sobre os conflitos no espaço, que:

Um dos conflitos profundos imanentes ao espaço, é que esse espaço ‘vivido’, impede a expressão dos conflitos. Para dizê-los, é preciso percebê-los, sem cair nas representações do espaço, tal como ele é geralmente concebido (LEVEBVRE, 1974 p. 8).

Tendo em vista tais considerações iniciais sobre o espaço vivido e o Lugar, cabe agora pensar como se articula a relação entre o lugar e o espaço mundial. É importante observar que o mundial não suprime o local, assim como o novo não suprime o velho. É justamente dessa relação que o lugar se produz, “na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular” (Carlos, 2007 p.28). Para essa autora:

O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 2007 p.21).

Fica claro com isso que os conflitos e as relações de poder entre o global e o local, entre o lugar e a mundialidade, não se anulam, mas os conflitos são postos no dia-a-dia, no cotidiano, abrindo caminhos “para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço” (CARLOS, 2007, p.21).

Agora, não mais somente sob a ótica de um lugar passivo, que recebe os comandos do mundo como se fosse mais um lugar do mundo.

Com essa outra interpretação do lugar, encontramos as condições e os meios para intervirmos na produção das representações sócio ecológicas, que se manifestam no lugar caracterizando-o então como um lugar no mundo. Porém, deve-se perceber que esse lugar da ação é:

Preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis aponta para a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura etc. que se gesta concomitante ao mundial (CARLOS, 2007 p.22).

Ou seja, o lugar da ação não é somente o lugar do possível porque lugar da ação cotidiana, mas também das impossibilidades, já que obedece também a uma ordem distante. Como bem lembra Carlos, “O lugar contém e diz respeito a uma ordem distante” (2007 p.34).

As relações de produção não coincidem mais somente com a reprodução dos meios de produção; elas se efetuam através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, da escola e da universidade, das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro. Os espaços percebidos, que são aqueles apropriados pela população em sua luta contínua pela sobrevivência e por melhores condições de vida, supõem a (re) apropriação dos tempos-espacos da vida tragados pelo vórtice do mundo das mercadorias em favor da racionalidade econômica. O que há, é “uma revalorização no qual cada lugar recebe um novo papel, ganha um novo valor” (Santos, 1994).

Isso é feito sem observância das vivências desiguais de escala e da territorialidade, sendo que é no lugar que se manifestam essas desigualdades. Santos (1996) demonstra que o lugar é como “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”, no qual “cooperação e conflito são a base da vida em comum”. Para esse autor, o lugar é o “teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis...pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 1996, p.258).

Entendemos que os objetos e as ações que compõem um lugar estão em constante mudança, já que ao longo do tempo sofrem variações nas suas concepções e significações:

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, a política, a economia, o social, o cultural... Cada situação é diferente da outra, como já dissemos. Nenhuma situação reproduz outra, mas é sempre composta de pares dialéticos. Só podemos compreender a situação através do movimento. E movimento é um outro nome para o tempo. As diversas variáveis têm múltiplas dimensões, apresentam vertentes as mais diversas. Uma mesma variável apresenta o novo e o velho, existe nela uma luta contínua entre esses dois agentes. Muitas vezes o novo expulsa o velho, às vezes este resiste por muito tempo. (SANTOS, 1994, p.96)

Tendo em vista esse raciocínio do movimento como algo próprio da história, faz-se fundamental um embate entre os contrários para as análises do espaço geográfico, de maneira que se percebam essas contradições como motores, formadoras de uma nova realidade.

Santos (1994), nessa linha, nos diz o seguinte:

Esta resistência não depende só dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis, da combinação e relação que existem entre elas. É esta relação contextual que vai estabelecer como se dará a luta entre o novo e o velho. (Santos, 1994, p.99).

Vale também ressaltar o papel da fluidez como exigência para a circulação e, portanto, para a competitividade. Criam-se objetos e lugares destinados a atender essa demanda pela fluidez e, assim, esses objetos passam a transmitir valor às atividades que dele se utilizam, colocando-os em circulação:

O ritmo que se pede a cada objeto, para que participe eficazmente da aceleração desejada, supõe que se conheçam de antemão os tempos de seu uso, as velocidades que se podem alcançar, as frequências que permitem, os custos respectivos. Daí sua standardização, que tanto autoriza prever as performances como as deixa de medir (SANTOS, 1996, p.218).

A fluidez é sempre relativa, uma mesma área podendo ser comparada a outra ou ao seu momento anterior. Cabe ainda observar que toda a racionalidade desenvolvimentista atual está voltada para essa questão, como se a economia

devesse sempre se ligar a esses parâmetros do novo, do urbano, da fluidez, do moderno e do progresso.

Nosso trabalho necessita dessa discussão em torno das categorias de espaço e lugar, de maneira integrada. Afinal, é no lugar onde ocorre de fato o tempo presente, necessário ao entendimento da complexidade do espaço. Essa complexidade não pode ser facilmente percebida se trabalhada por uma lógica formal que compartimenta os conhecimentos, partindo do saber absoluto.

Concordamos com Edgar Morin (2002) que, ao partir da problemática da inadequação entre os conhecimentos fragmentados, partidos, compartimentados, e as diversas realidades ou problemas cada vez mais interdisciplinares e multidimensionais, propõe uma reforma paradigmática do pensamento, consistente na aptidão de organizar o conhecimento; um conhecimento para a reintrodução da consciência na ciência, pois pensa que isso é uma aposta não somente científica, mas também profundamente política e humana. Para a compreensão dessa problemática, que também pode ser aplicada tanto na Geografia como em outras ciências, o autor elucida o conceito de complexidade da seguinte forma:

A complexidade é um problema, é um desafio, não é uma resposta. O que é a complexidade? [...] Num primeiro sentido, a palavra *complexus* significa aquilo que está ligado em conjunto, aquilo que é tecido em conjunto. E é este tecido que se deve conceber. Tal como a complexidade reconhece a parte da desordem e do imprevisto em todas as coisas, também reconhece uma parte inevitável de incerteza no conhecimento. É o fim do saber absoluto e total. A complexidade tem a ver, ao mesmo tempo, com o tecido comum e com a incerteza. (Morin,2002, p. 495).

Assim, o pensamento complexo aparece para trabalhar com o mundo das incertezas. Com tudo aquilo que não é contemplado pela lógica das certezas. Onde não há espaço para outros saberes e outras maneiras de se apropriar do conhecimento. Ou seja, aparece para contemplar outras leituras da realidade que não aquelas contempladas pelo pensamento hegemônico. Nesse momento do pensamento complexo, as certezas passam a ser questionadas, e isso tem reflexos profundos na maneira como o ser humano produz o seu espaço.

Portanto, as certezas quanto à melhor maneira de se cultivar o solo, por exemplo, são colocadas de lado para darem espaço a perguntas: Será que cobrir o solo com matéria orgânica é a maneira de correta de se cultivar o solo? Isso nos ajuda a perceber e conceber o contraditório como parte do problema. Logo, ao considerarmos esse pensamento complexo, associado à ideia do espaço relacional, abrimos caminho para que a verificação do conhecimento aconteça através da análise daquilo que é contraditório no espaço. No caso dessa pesquisa, nota-se que os limites concebidos para a prática da agrofloresta pelos agentes externos passam de certo modo pelo crivo dos limites percebidos pelos atores do lugar. Dessa maneira, percebe-se na relação da família com a prática da agrofloresta uma leitura própria que não está necessariamente alinhada com as expectativas de quem traz essa prática.

Assim ocorre com a crise ambiental, que ganhou proporções significantes em escala global no momento em que a sua percepção nessa escala tornou-se mais evidente. Há leis muito antigas, de antes de Cristo, que já tratavam da preservação e conservação das florestas², ou seja, há muito tempo se discute essa questão, mas nunca antes sob uma compreensão global do problema, pelo simples fato de que esse problema ainda não era fruto de interações globais, senão atendia aos descontroles locais. Com a construção de um discurso que transformou a maneira como nos relacionamos com a natureza, aparece uma concepção de que é preciso transformar a maneira como o ser humano moderno participa dos processos naturais de modo geral. Claro que não para preservar a vida na natureza, senão para preservar as condições de manutenção da sua própria existência: não nos enganemos com relação a isso, pois é mantida, nessa concepção, a ideia de dominação da natureza.

A aludida crise ambiental, na maneira como tem sido abordada pela ciência, é uma crise do ambiente do ser humano, isto é, uma preocupação centrada na capacidade de manutenção da própria espécie humana no planeta Terra. Esse é o sentido da busca pela preservação ambiental. Concordamos com Götsch quando

² Em um livro intitulado: A grande transformação ambiental, Marcel Bursztyn e Marcelo Persegona fazem uma cronologia da dialética homem-natureza. Logo no início dessa cronologia aparece que “uma das primeiras leis de proteção das florestas remanescentes foi decretada em UR em 2.700 a.C.” Além disso outras medidas de proteção da natureza pelo ser humano aparecem na cronologia do livro remontando à séculos e às vezes milênios, como nesse caso.

aponta que isso seria um erro, pois o sentido da nossa intervenção no ambiente deve ser o de aumentar a quantidade e a qualidade de vida consolidada no lugar, caminhando na contramão da preservação ambiental, que pretende criar as condições para a manutenção do modo de vida do ser humano moderno e não para a vida no sistema de maneira mais ampla. Na prática agroflorestal já não é somente o ser humano que importa, senão todos os seres que participam do processo de co-criação da vida no planeta³. Ora, na medida em que o ser humano moderno é concebido como dominador da natureza, ele passa a ser dominador do próprio ser humano. Afinal, a sobre determinação da sociedade e do ser humano em relação à natureza pode ser vista como o motor para a dominação interna da sociedade.

Com as discussões de espaço e lugar feitas de maneira integrada, de modo a atender a complexidade pela qual clama a realidade, busca-se no entendimento da prática agroflorestal orientar a maneira como esses conceitos serão tratados no cotidiano dessa prática. Para tanto, cabe nesse momento do trabalho fazer as considerações necessárias ao entendimento da prática agroflorestal. Primeiramente, nota-se que essa prática surge em um contexto de contestação das práticas do ser humano moderno, que busca de maneira pretensiosa a totalidade das explicações, através da razão, como tentativa de dominação da natureza. Isso se dá na medida “que o emprego apropriado da razão é condição necessária e suficiente para que nos tornemos ‘senhores e possuidores da natureza’ (Descartes)” (CASTORIADIS, 1987 p.149). O que se cria é um mundo funcional ao seu redor, cheio de explicações, mas vazio de significados. Portanto, na medida em que caminha para uma explicação racional da natureza, o ser humano concebe a explicação para a dominação desta. Assim acontece com a agricultura industrial, que ao ser posta à serviço da razão técnica e científica acaba por pasteurizar aquilo que a constitui, a sua cultura.

Nessa tentativa de dominação da natureza, que é um processo de totalização das ações humanas pelo planeta, ações estas possibilitadas pela

³ Fundamental para essa análise é entender com Götsch, que o ser humano não é “O” ser inteligente do planeta, senão, parte de um sistema inteligente por si só. Entrevista com Ernest Götsch para o Jornal da Biosfera, acessado através do site <http://media0.agrofloresta.net/static/artigos/jbio/index.htm> em 20/05/2015.

técnica-ciência, o que acaba se sobressaindo nas ações do ser humano pelo planeta como um todo é uma crise ambiental, que dentre outras assertivas traz consigo a noção de que os recursos naturais estão se esgotando. Esta é uma representação hegemônica amplamente difundida pela economia formal e pela política tradicionalmente: a de que os recursos estão acabando, de que a água potável está escassa, os alimentos estão escassos, de que os solos férteis estão acabando. Esse fenômeno não pode ser tratado como algo natural, pois ocorre devido à desigualdade de poder manifesta nas sobre determinações da racionalidade econômica, e não pelo fato de não existir água potável ou comida para todos os seres humanos e/ou solos inférteis.

Primeiramente, deve ser feita uma crítica à própria noção de recurso. RAFFESTIN (1980) ao tratar da qualificação da matéria em recurso, assinala que: “Esta (matéria), para ser qualificada como tal (recurso), só pode ser o resultado de um processo de produção... a matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo...” (p.225). Dessa maneira:

Um recurso é o produto de uma relação. A partir daí não há recursos naturais, só materiais naturais. Estaríamos enganados em pensar que se trata de um problema qualquer de semântica. Trata-se de algo bem diferente e, sobretudo, bem mais do que isso: é uma concepção histórica da relação com a matéria que cria a natureza sócio política e sócio econômica dos recursos. ‘Os recursos não são naturais; nunca foram, e nunca serão!..’(RAFFESTIN, 1980 p. 225).

Percebe-se que o recurso tem sempre uma finalidade e um valor, um objetivo a qual ele deve corresponder, como qualidade da matéria.

A questão central é que a produção do recurso na modernidade obedece à uma matriz racional econômica que acaba por enxergar somente o lucro na matéria, não abrindo caminhos para outras dimensões desta que podem se mostrar úteis ao ser humano.

Um vegetal, ou uma árvore frutífera, por exemplo, são vistos como recursos para essa racionalidade dominante, através dos frutos, raízes, folhas ou beneficiamentos de outras partes, desde que possuam um valor comercial. Mas eles podem ser vistos também por outras dimensões, seja pelo seu aspecto ornamental, seja pelo aspecto afetivo ou pelas inter-relações possíveis pela sua presença. Proceder essas outras leituras significa valorizar outras dimensões, que

não a econômica, para qualificar um recurso. Daí decorre a importância disso para se discutir a prática agroflorestal, afinal não se concebe nesta a possibilidade de produção na mesma racionalidade da lógica da agricultura convencional. Há por fim que se atentar para a péssima distribuição desses recursos, que estão concentrados nos espaços de poder para quem puder deles dispor.

Também deve ser ressaltado que tal noção concebe uma ideia de inevitabilidade, quando na verdade deveríamos nos colocar a seguinte questão: ora, se os recursos estão se esgotando naqueles lugares menos privilegiados pela divisão do trabalho, o que fazer para torná-los disponíveis? Como produzir os recursos valorizando outras dimensões que não a econômica-mercantil?

Na prática cotidiana da agrofloresta o que se observa é uma concepção de recurso natural contrária ao recurso econômico em si, o que acaba por complexificar as noções tanto de recurso quanto de natureza. Na prática agroflorestal, o ser-humano é encarado como um criador de recursos, devendo cuidar para que haja a sua manutenção, não sendo um mero consumidor destes. Além disso, como participante nos processos de co-definição da vida, devemos entender que, nela, os recursos são vistos de forma mais ampla, de maneira a contemplar suas outras dimensões e não sendo feita uma análise simplesmente do ponto de vista do “*homo economicus*” (Castoriadis, 1987) ou do ser em si, senão sob a ótica do macro organismo no qual estamos inseridos, no sentido da concepção de Götsch (1997).

Uma abordagem inicial para o entendimento do que está sendo tratado como natureza, na prática agroflorestal, é a ideia de que o planeta Terra é um sistema aberto, de troca, onde a simplificação ou degradação de energia dentro do sistema, mais conhecida como entropia, coexiste com a complexificação e agregação de energia, o que por sua vez é designado sintropia. Nas palavras de Götsch (1997):

Os princípios em que a vida se baseia são processos que levam do simples para o complexo, onde cada uma das milhares de espécies, a humana entre elas, tem uma função dentro de um conceito maior. A vida neste planeta é uma só, é um macroorganismo cujo metabolismo gira num balanço energético positivo, em processos que vão do simples para o complexo, na sintropia. A vida é parte complementar para uma outra parte do universo que conhecemos, o qual gira na

energia oriundo da de processos de desagregação, predominante do complexo para o simples, num processo que conhecemos como entropia. Dentro da vida também existem processos de combustão (entropia), porém, no balanço total, o maior peso cabe aos processos sintrópicos, e mesmo os processos entrópicos, dentro do sistema de vida, contribuem indiretamente para o aumento e fortalecimento da sintropia. Assim, cada animal é entrópico em si mesmo, porém, cada um tem a função de favorecer processos sintrópicos. (p.5)

Para exemplificar essa questão, Götsch descreve a maneira como a abelha trabalha:

A abelha, por exemplo, que vive do néctar e do pólen, no curso de sua vida consome e metaboliza néctar e pólen por várias vezes a quantidade daquilo que ela sintetiza em seu corpo. No balanço direto de sintropia ela é negativa, quer dizer, entrópica. Considerando, no entanto, os efeitos benéficos de seu trabalho e da função que ela cumpriu - polinizar as flores de milhares de plantas, contribuindo indiretamente para a diversidade genética daquelas plantas, o que é indispensável para a sobrevivência de cada espécie - esta abelha, no balanço da vida, tem uma função altamente sintrópica (processo do simples para o complexo). E assim como a abelha, cada espécie é feita do mesmo conceito. (p.6)

Nesse sentido, o espaço da comunidade do Vale Encantado é aqui abordado sob o ponto de vista da chegada da prática agroflorestal, que caminha no sentido de favorecer o aumento e qualidade de vida no lugar da intervenção agroflorestal, ao mesmo tempo em que o pensamento complexo e holístico trazido por essa visão fundamenta todo nosso trabalho.

Tão essencial para compreender a nossa visão quanto o entendimento do que é a coexistência da entropia e da sintropia, do simples e do complexo, é a noção de que o planeta terra é um macro organismo⁴. Essa noção é compartilhada não só por Götsch, como também por James Lovelock e Lynn Margulis, com a

⁴ Em *Mulher e Ambientalismo*, Ana Louise de Caravilho Fiúza, expõe, tendo a trajetória de luta da mulher no campo como pano de fundo, um posicionamento político interessante ao tratar da associação cultural entre a imagem da terra com a da mulher na metáfora de uma mãe-natureza. Observa ela que: é uma “ associação, aliás, estabelecida no Renascimento, antes do advento da revolução científica do século XVII e da sua visão de mundo racional que transformou aquela representação orgânica da terra em algo mecânico à semelhança de uma máquina produtiva de alimentos e lucros. Em *A Morte da Natureza* Caroline Merchant recorda essa associação, antes e depois do século XVII. Segundo ela, este século é um marco nas transformações das representações sociais ligadas à natureza e à mulher. Por volta de 1500, os filósofos ainda expressavam uma concepção da natureza como um organismo vivo. A natureza, especialmente a terra, era vista como uma Mãe: uma fêmea tipicamente beneficente, provedora das necessidades humanas. Esta metáfora foi gradualmente desaparecendo à medida que a revolução científica avançava. Merchant chama a atenção para o modo como esta ruptura guarda correspondência com os padrões de exploração da natureza. A imagem da mãe-natureza serviu como uma restrição cultural à ação predadora porque não se explora uma mãe nem se mutila seu corpo. A terra era tida como um instrumento do comportamento ético humano, para coibir a sua destruição. À medida que o capitalismo foi se firmando, as novas relações sociais já não permitiriam a reprodução desse tipo de representação (Charkiewicz-Pluta, 1991).

hipótese de GAIA (1974). Essa maneira de interpretar o planeta como um macro organismo nos auxilia a pensar que os processos naturais ocorrem no planeta de forma integrada e interdependente. Ajuda ainda a trabalhar a noção complexa do todo, daquilo que está em conjunto. Desse modo, a intervenção no ambiente deve levar em conta seus encadeamentos e as consequências daquela ação, não somente para a parte do todo que recebe a intervenção, como para o próprio conjunto. Ainda, revisando o conteúdo que nos ajuda a enxergar a vida e as relações entre sociedade e natureza, e para exercer uma atividade em concordância com os princípios da prática agroflorestal, nos utilizamos novamente dos ensinamentos de Götsch, que ao tratar do princípio fundamental da vida no planeta, aponta para a “a complexificação de resíduos entrópicos, primordialmente dos raios solares.” (1997 p.6). Nas suas palavras:

Em cada lugar deste planeta a vida se organiza para otimizar o aproveitamento dos resíduos entrópicos. Muito do que observamos nos fenômenos geofísicos - como a rotação, os ventos, as correntes do mar, o movimento das placas tectônicas e o vulcanismo - nos indica que o próprio planeta, ativamente, otimiza os processos de vida. Isto nos leva à proximidade da sabedoria de povos antigos, como os celtas e outros, ou à tese do cientista moderno inglês Lovelock, que considera o planeta Terra um ser vivo, um organismo.

O nascimento de cada ser vivo, a sua força de crescer, de frutificar, de criar o próximo a seguir, de completar o processo de amadurecimento, tendo no final a morte, ou melhor dizendo, a transformação em outras formas de vida - tudo isso faz parte do metabolismo do macro organismo Mãe Terra. A sucessão de gerações e a sucessão natural das espécies é o pulso da vida, o veículo em que a vida atravessa o espaço e o tempo(GOTTSCH, 1997 p.6).

Como maneira de orientar uma atividade agrícola, ou uma intervenção na qual a agricultura seja uma de suas dimensões, de modo que se tenha um balanço sintrópico, e de acordo com o que foi exposto sobre a noção do ser humano como criador de recursos, Götsch expõe o seguinte:

A partir dessa sabedoria, podemos adivinhar o modo de trabalhar e as ferramentas para uma futura agricultura - cultura -que não se tornará mais uma exploração e mineração, como são as práticas dominantes da agricultura moderna.

Os primeiros critérios para o planejamento e a realização de todas as nossas futuras intervenções, as nossas atividades, enfim, deverão ser o "aumento da vida", particularmente da fotossíntese, e o "favorecimento dos processos sucessionais". Concretamente, isto significa que eu, como agricultor, só posso fazer um trabalho, uma intervenção na minha plantação quando eu souber que o saldo ou o resultado da atividade planejada será um balanço energético positivo, com aumento da vida e favorecimento dos processos de sucessão.

Em suma, o objetivo é criar mais vida, mais fertilidade no solo, um sistema mais próspero. Isto exclui - por sua natureza fortemente entrópica - o uso do fogo para

a limpeza do campo, o uso de maquinaria pesada, bem como o uso de agrotóxicos. Também exclui o uso de qualquer adubo trazido de fora, quer dizer, qualquer matéria que não seja resultado direto do metabolismo do próprio subsistema. (GOTSCH, 1997 p.6)

Diversas teorias aparecem na modernidade para apresentar uma explicação racional do mundo, bem como da natureza. Ao conseguir cada vez mais transformar a natureza e, de forma concomitante, conceber nela explicações racionais e mecanicistas, o ser humano moderno passa a acreditar que é a espécie que domina o mundo. Isso tem a ver com a lógica do ser humano moderno, que se coloca na natureza como “O ser inteligente” e não como parte de um sistema inteligente.

Para se elaborar uma visão mecanicista da natureza foi necessário que fossem estabelecidos alguns pressupostos, sendo o principal deles a ideia de dominação. Não há nada de natural na dominação que o ser humano moderno exerce sobre a natureza, esta está longe de ser aquela apropriação das comunidades tradicionais. O ser humano moderno, dominador da natureza, acaba por propagar uma lógica única que sustenta plenamente essa racionalidade dominante, a tal ponto que muitas vezes essa contingência dominatória é vista como algo natural do próprio ser humano. Do meu ponto de vista isso é um erro, pois não adianta nos debruçarmos sobre outras comunidades a partir da lógica do ser humano moderno, isto é, permitir que a racionalidade econômica e o progresso tecnológico sobre determinem as inter-relações do ser humano com o meio, já que dessa forma a compreensão das inter-relações fica comprometida quanto a sua qualidade e quanto a sua quantidade.

Fundamental notarmos nessa questão da dominação do espaço e da natureza é que através da transformação da natureza um grupo se apropria de um espaço. De maneira que esse espaço da apropriação, mediado pela técnica, é cada vez mais dominado, de modo que: “a dominação aumenta com o papel das forças armadas, da guerra, do Estado e do poder político.” (LEFEBVRE, 2006 p.60).

Portanto, uma oposição crescente entre apropriação-domação emerge no seio da dominação de modo que essa oposição “dá nascimento a uma contradição, a um movimento conflitual que se desenvolve até a vitória opressiva de um dos termos: a dominação até a redução extrema do outro termo: a apropriação”

(LEFEBVRE, 2006 P.61). Fazendo uma ressalva quanto a este papel da apropriação ele diz: “Sem que esta última possa desaparecer. Ao contrário: a prática e a teoria proclamam sua importância, reclamando a restituição”. (LEFEBVRE, 2006 p.61). Dessa maneira abrimos as possibilidades para perceber que uma apropriação do espaço é necessária para que cada um de nós possa transformar o concebido.

Assim, concordamos plenamente com Götsch quando afirma que:

...dentro deste "sonho de dominar o mundo", estamos compulsoriamente a descartar tudo o que não cabe dentro da nossa lógica, obtendo como resultado um agravamento cada vez maior dos problemas ecológicos e sócio econômicos. No entanto, parece que o pensamento tecnomorfo não dá certo. A vida não funciona nos princípios da física newtoniana, do complexo para o simples, na entropia (GOTSCH, 1997 p.5)

Não se trata de negar os avanços científicos e técnicos, senão de colocá-los à serviço de uma apropriação da natureza e não de uma dominação desta, baseada em outras racionalidades diferentes da econômica. Dessa maneira, começamos a destrinchar o nosso objeto, pois essa visão da vida e da natureza nos permite questionar um modelo único de desenvolvimento, já que este quando sobre determinado pela racionalidade econômica caminha exatamente no sentido de simplificar os processos de vida, dotando-os de uma explicação mecanicista e submetendo-os ao “*technological fix*”. Portanto, um modelo de desenvolvimento único, sob uma lógica única, que abriga um pensamento único, será de pronto rejeitado, dado o sentido hegemônico dessa empreitada. Além disso, percebe-se, na citação abaixo, como esse modelo único serve para que sejam colocadas as bases de dominação da natureza e do ser humano:

Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria (GONÇALVES, 2006 p.62).

Assim, na medida em que se aceitam os ideais de progresso e desenvolvimento, se aprofundam as desigualdades e os conflitos por condições de sobrevivência. Isso pode ser observado na própria chegada da ONG Abaquar na comunidade, em 2005. O objetivo principal dessa instituição é promover o

desenvolvimento.⁵ E é justamente nessa questão que devemos nos debruçar para melhor compreender a maneira desigual como esse desenvolvimento ocorre. Antes, é bom esclarecer que o desenvolvimento em sua concepção hegemônica será aqui questionado, por ser fruto de uma matriz racional moderno-colonial (GONÇALVES, 2006 p. 65), que produz representações sobre sociedade e natureza de modo a tomá-las em separado, para depois relacioná-las sob o ponto de vista econômico-mercantil, tratando de estabelecer essa relação pela mágica tecnológica, e tendo como finalidade o progresso por ele mesmo. Primeiramente, deve-se questionar o próprio conceito de desenvolvimento, afinal:

...a ideia de desenvolvimento sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela sociedade capitalista, como pela via social democrata e socialista, a Europa ocidental acreditou poder universalizar-se. (GONÇALVES, 2006 p.62).

O debate que se segue é complementar ao anterior na medida em que representa um desenrolar dessa concepção, que enxerga o progresso como um fim em si mesmo, ou seja, onde não importam as perguntas: Progredir para onde? ou Progredir para o que? Segundo essa ideologia, representada pela frase da bandeira nacional “Ordem e Progresso”, o que importa é chegar ao progresso, como se esse fosse um fim em si.

A modernização-colonização que ocorre no espaço é entendida por nós como um motor de esgarçamento das relações entre sociedade e natureza, já que está fundada na produção das desigualdades. Essa ideia de moderno está constantemente associada à transformação e mudança, muitas vezes com caráter imediatista e utilitarista. RUA (2007) nos mostra que:

a teoria da modernização, em suas leituras do pós-guerra, procurou estabelecer as bases de uma evolução por etapas, para tais países, rumo ao modelo representado pelos países desenvolvidos (p.145).

Assim, nota-se uma intenção por trás dos discursos de modernização, desenvolvimento e progresso de levar a cabo “uma reestruturação total das sociedades subdesenvolvidas” (RUA, 2007 p.145), isto é, adequar diferentes regiões do globo a um projeto único de “emancipação” da natureza, representado

⁵ Nosso objetivo principal é ajudar os projetos de desenvolvimento já existentes no Brasil e criar novos projetos de desenvolvimento beneficiando crianças que se encontram em situação desfavorecida. Retirado do site : www.abaquar.org, acessado em 16/06/2015

pelos países hegemônicos. Para o autor, “O desenvolvimento havia alcançado o *status* de uma certeza, no imaginário social, e a realidade parecia ‘colonizada pelos discursos que o enalteciam.” (p. 145). Daí emerge a importância de termos o pensamento complexo como norte da nossa empreitada. Afinal, não podemos tratar como uma certeza o curso que toma o desenvolvimento da Comunidade do Vale Encantado com a chegada da ONG Abaquar, senão perceber ali quais são as contradições que emanam do desenvolvimento concebido pela ONG e vivido pelos moradores desde 2005.

Portanto, desenvolvimento e modernidade passam a representar uma realidade de modo que:

o discurso do desenvolvimento tem sido o operador central e mais onipresente das políticas de representação e identidade na maior parte do chamado terceiro mundo no período pós-segunda guerra.(RUA, 2007 p.146 *apud* ESCOBAR, 1995 p.214).

E é justamente isso que servirá de base para a compreensão do nosso objeto. Com a chegada, em 2005, da ONG Abaquar, a comunidade do Vale Encantado assume uma roupagem sustentável, de maneira geral, como um modo de fazer parte dessas políticas de representação. Para estar inserida nas políticas de desenvolvimento, houve uma adequação a certos parâmetros condizentes com aquilo que se espera de um desenvolvimento sustentável. Soma-se a chegada da ONG o fato de sempre ter existido a ameaça de remoções na comunidade, o que faz com que a adesão aos ideais da sustentabilidade seja mais fácil, pois o discurso sustentável se tornou uma possibilidade para a comunidade obter meios de se reafirmar perante o poder público.

O que se percebe no desenvolvimento da comunidade é um processo de representação da natureza calcado no desenvolvimento sustentável, que possui como componente fundamental a dominação da natureza, transformando-a à fundo, com o auxílio de todo um aparato técnico-científico e cultural. Tal fato pode ser atribuído também a todo um discurso hegemônico em cima do que é ser natural e de como a natureza deve ser vivida. Esse modelo de dominação está fortemente apoiado em construções de “determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se envolver” (GONÇALVES, 2006 p.81).

Na comunidade do Vale Encantado, que está situada em zona de amortecimento do Parque Nacional da Tijuca, a maior parte das políticas de desenvolvimento sustentável estão direcionadas para o Ecoturismo. Através da chegada do turista na comunidade para fazer uma trilha ou um passeio no meio da mata, acaba-se servindo almoço na cooperativa, com matéria prima do lugar, e contando um pouco da história e da realidade do lugar. Ainda que esse quadro esteja mudando, pois agora o restaurante da cooperativa conta com um biodigestor e já existe um projeto de hortas comunitárias em andamento, a leitura feita, principalmente pelo líder comunitário Otávio Alves Barros, é a de que o poder público irá atuar no sentido de manter a comunidade se ali estiverem sendo desenvolvidos projetos sustentáveis que justifiquem a sua permanência, principalmente como contraposição às edificações que existem no entorno.

Nesse momento, cabe destacar como iremos abordar a questão da sustentabilidade associada ao desenvolvimento. Como maneira de se adequar aos questionamentos e resistências ao modelo de desenvolvimento propagado pelo Ocidente, que vinham sendo feitos há algumas décadas, emerge um desenvolvimento sob outra roupagem, a da sustentabilidade. Essa nova maneira de se desenvolver, porém, é uma questão controversa que merece atenção, pois tanto pode ajudar a conceber outras representações, como também ajudar a manter as representações sócio ecológicas concebidas no seio da dominação da natureza pelo ser humano moderno. Nas palavras de Guimarães (1997):

as possíveis soluções via desenvolvimento sustentável terão, necessariamente, que surgir a partir das dinâmicas do próprio sistema social, e não-fundadas em mágicas tecnológicas externas – o *technological fix* tão caro aos desenvolvimentistas (GUIMARÃES, 1997 P.16)”.

Dessa forma, as “soluções” para um desenvolvimento sustentável são por nós veementemente negadas como portadoras de verdades técnicas-científicas a serem aplicadas por especialistas. É dessa maneira que se pretende analisar as práticas sustentáveis que se desenrolam na comunidade do Vale Encantado. Afinal, deve-se ter em vista que a sustentabilidade como uma matriz discursiva acaba por representar e ser uma representação do contexto sócio ecológico na qual está imersa. Para escapar dessa armadilha, recorreremos à noção de sustentabilidades, no plural, pois, caminha de acordo com o nosso entendimento

da prática agroflorestal. Nota-se que a sustentabilidade como matriz discursiva não consegue de fato ser sustentável, pois acaba por impor “uma solução sustentável” em desacordo com as sustentabilidades que são encontradas nas mais diversas dimensões da vida, da natureza e da sociedade.

Para abordar com clareza o tema da sustentabilidade ambiental são necessárias múltiplas abordagens dentro de um espaço relacional, diferencial e social, em contraposição ao espaço absoluto do desenvolvimento e o espaço abstrato do desenvolvimento sustentável. Isso acaba por criar novas necessidades de estudo e análise do espaço, pois se trata de um fenômeno que precisa de tratamento holístico, que leve em conta a sua multidimensionalidade e que favoreça uma compreensão multidisciplinar, abarcando aspectos histórico-geográficos, econômicos, sociológicos, políticos, culturais, ecológicos, psicológicos e jurídicos, entre outros.

Tendo em vista essas considerações preliminares, devemos atentar para os desafios que a sustentabilidade impõe. São questionamentos quanto à mudança no uso do espaço como um todo e também quanto ao acesso aos recursos ditos naturais. O que se observa são demandas crescentes da população, e isso é o que realmente servirá como motor de mudança e não os discursos (e práticas) pré programados, modelados e projetados, impostos com uma verticalidade gritante e fazendo uso da “maquiagem verde”. Para que não se cometam erros históricos de percepção das contradições imanentes ao processo social, é necessário que seja feita uma superação, em cima da crítica feita ao longo trabalho.

Nesse sentido, ressaltamos a posição de Guimarães (1997) ao dizer:

Que minhas palavras não sejam interpretadas como as de um pessimista empedernido! Pelo contrário, creio firmemente que as contradições contidas no discurso sobre o desenvolvimento sustentável, antes de revelar problemas insanáveis, devem ser encaradas como desafios à imaginação dos atores sociais (GUIMARÃES, 1997 p. 29).

É também com esse sentimento que elaborei esse trabalho. A crítica às questões expostas ao longo do trabalho em cima das representações de sustentabilidade, desenvolvimento-progresso e moderno-colonial, mais do que uma simples crítica tem como missão se apropriar daquilo que critica. Assim

sendo, quando nos colocamos contrários às práticas que apregoam uma suposta sustentabilidade nas suas ações e trazemos outras práticas, como a agroflorestal, estamos tentando mostrar as intenções por detrás dessas ações, os discursos por detrás da prática sustentável e a maneira como são elaboradas as representações hegemônicas em cima da natureza, além dos reflexos disso no espaço de uma comunidade. E quando apresentamos a prática agroflorestal estamos buscando as possibilidades de sua realização como mecanismo de apropriação desses espaços da comunidade.

Esse espaço, posto como condição, limite e facilitador da ação, favorece outras maneiras de pensar o lugar em que a prática agroflorestal se realiza.

Desse modo, a prática cotidiana da agrofloresta exige uma profunda reflexão sobre o seu exercício e sobre a teoria que elabora. A percepção da prática agroflorestal entra em conflito com sua vivência, na medida em que estouram concepções dessa prática em espaços de poder como maneira de adaptação à demanda da crise ambiental. Assim é nos planos de Governo, como PRONAF e PLANAPO, além das leis que estão envolvidas na regulação e regulamentação dessa prática. Agora, a prática agroflorestal é incorporada aos planos de governo para servir, em um contexto mais amplo, como mecanismo de promoção de desenvolvimento sustentável em contraposição à expansão da modernização conservadora da agricultura, mecanizada e quimificada, extensiva e intensiva, que acabou por subjugar por completo o conhecimento tradicional.

Então a prática da agrofloresta busca perceber no ser humano o que o integra à natureza. É uma prática para unir social e natural. Não através daquela união clássica onde a biologia adquire contornos sociais e onde o evolucionismo ecoou as vozes da dominação imperialista. O que se busca, de fato, é transformar essa relação de subordinação da natureza à sociedade em algo onde busquemos referendar nossas ações cotidianas com base nos princípios ecológicos. (Apostila EAF – p.9).

Devemos pensar as relações que produzem o espaço agroflorestal. O seu vivido é marcado, sobretudo, pela questão da divergência do modo convencional de produção agrícola, leia-se: maquinário pesado, fertilizantes, pesticidas,

funcionadas e monocultivo extensivo e intensivo. Na medida em que a prática é colocada sob o tempo histórico, outras vivências da prática agroflorestal surgem a partir de outras percepções dela que emergem para dar conta dos diversos olhares sobre ela. É o caso desse trabalho, que propõe o estudo e o exercício de tal prática em uma comunidade urbana.

Dessa forma, a vivência em um ambiente diferente daquele na qual ela fora concebida exige outras percepções dessa prática. Assim, na medida em que se coloca o conflito entre o percebido e o vivido, outras concepções da prática agroflorestal se apresentam para dotá-la de significado para quem a vive.

Com base no que foi dito até o presente momento, acredito que já possuímos as referências conceituais e categorias analíticas fundamentais para se pensar, com maior profundidade, a produção do espaço que se realiza na prática cotidiana, de acordo com os conflitos inerentes ao espaço da comunidade.